ÉTICA APLICADA: A NECESSIDADE DE SERMOS E NOS DIZERMOS POLÍTICOS

Ruth Schmitz de Castro[1]

A ideia de realizar um ciclo de palestras sobre Ética Aplicada nasceu de uma reflexão coletiva sobre a importância da política na tessitura das escolhas que somos diariamente chamados a fazer em nossa vida.

Quando tanto se fala de "ética na política", quisemos com esse Ciclo resgatar a dimensão da "política na ética". Não política partidária, que é apenas um dos aspectos da política, nem o sentido que lhe atribuímos quando nos propomos a analisar governos e governantes. Ao empreendermos um debate sobre liberdade, justiça, honestidade e solidariedade, virtudes e valores, entre outros, já culturalmente introjetados, quisemos nos distanciar do discurso superficial, que reduz a ética a prescrições de condutas, e possibilitar reflexões que devolvessem ao termo "ética" sua potencialidade filosófica, sem abordá-lo apenas como adjetivo, atributo ou qualificativo. A tentativa de calar na palavra "ética" sentidos atribuídos sem cuidado, de ultrapassar seu uso banalizado trazia a intenção de acionar essa palavra que se desgasta, porque vem perdendo sua condição substantiva, num sentido mais pleno, teórico e prático, técnico e político, racional e apaixonado, filosófico, enfim. Dessa forma, objetivávamos o desdobramento da reflexão em outras questões, tais como: de que maneira definimos nosso destino, como escolhemos nossos caminhos, que critérios elegemos para orientar nossa vida presente e de que forma essa vida esculpe nosso futuro como humanidade.

1 – Gerente-Geral da Escola do Legislativo, doutoranda em Educação (FAE/UFMG), coordenadora do Ciclo de Palestras sobre Ética Aplicada

Pareceu-nos, inspirados nas ideias gregas de *Paideia e Ágora*, ser a escola de uma instituição legislativa, arena, palco ou abrigo propício para acolher tal desafio. Entendemos que, para além do saber técnico e científico, das razões estéticas, dos interesses pessoais ou corporativos, a dimensão política, também no sentido grego do termo, deve ser resgatada quando se trata de refletir sobre as tensões, os dilemas e as contradições que surgem em situações concretas com as quais nos deparamos. A natureza plural de nossa espécie, a vida na *pólis* e, principalmente, a humanidade em nós solicitam que utilizemos fontes e saberes diversos para balizar nossas escolhas, pessoais ou coletivas, escolhas essas muitas vezes difíceis. Sem descartar em nossos debates, por preconceito ou imprecisão semântica, a dimensão política que já Aristóteles distinguia na condição humana.

Sabemos que a reflexão sobre a ética não torna ninguém ético, da mesma forma que "a reflexão sobre as virtudes não torna ninguém virtuoso", mas, essa reflexão pode desenvolver a humildade "tanto intelectual, diante da riqueza da matéria e da tradição, quanto propriamente moral, diante da evidência de que essas virtudes nos fazem falta, quase todas, quase sempre, e de que, entretanto, não poderíamos nos resignar à sua ausência nem nos isentar de sua fraqueza, que é a nossa", como bem nos lembra Comte-Sponville[2] .

Os textos presentes neste número dos *Cadernos da Escola do Legislativo* são complementares, na medida em que abordam aspectos que informam a reflexão sobre a ética na perspectiva de sua aplicabilidade, sem descuidar dos pressupostos inerentes a toda abordagem filosófica, cultivando a humildade e lembrando sempre nossa condição de seres em permanente construção.

Importante ressaltar que, apesar das inúmeras razões que temos para reverenciar a palavra escrita, a presente publicação é uma tentativa de registro e resgate de momentos únicos de palavras trocadas ao vivo, sob olhares emocionados ou contrariados, entre risos de júbilo pelo acolhimento

2 – COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 11-12.

ou nervosos pela breve inquietação gerada por prováveis divergências. Nestes tempos em que a ciência, a técnica e a facilidade de acesso à informação paradoxalmente nos confundem com a ilusão de ser possível ter uma resposta rápida e segura para as perguntas que paralisam nossas ações e opções, a prática discursiva, a tertúlia ou simplesmente a conversa parecem ter o condão de devolver as escolhas à esfera do pensar em conjunto, do trocar ideias, do argumentar em busca de razões que as justifiquem (nossas ações e opções) ou que as façam nos parecer as mais justas. O estar junto, o ouvir alguém que nos dirige a palavra, faz da palestra, da conferência, da aula, "lugares vazios dispostos a se irem enchendo, sucessivamente, lugares da voz, onde se vai aprender de ouvido, o que resulta ser mais imediato que o aprender pela escrita, à qual inevitavelmente há que se restituir sotaque e voz para que assim sintamos que nos está dirigida[3]" . Talvez aí resida o porquê da palavra dita, proferida em voz alta, dada sempre em seu percurso de construção, ser inapreensível, porque na escuta, como ensina ainda a filósofa Maria Zambrano, não temos que ir nos encontrar com a palavra; ela apenas vem, nos é destinada e por nós é sentida. E "pensar é, antes de tudo, – como raiz, como ato – decifrar o que se sente[4]" .

Ainda que os textos que se seguem tenham sido cuidadosamente preparados pelos mesmos palestrantes que os proferiram em voz alta, impossível reproduzir o tom, a emoção, a palavra que flui entre intervalos ora estendidos, ora comprimidos e que por isso se desdobra no tempo e na memória.

Da opacidade das palavras à construção dos sentidos

Diversas construções humanas, com seus conceitos, métodos e estilos, podem nos ajudar a refletir sobre a ação do homem no mundo. O direito e as artes, a psicologia e as ciências da cognição, as ciências sociais e a religião certamente muito têm a dizer sobre o agir humano, mas é na ética filosófica, ramificada em seus campos específicos – a metaética, a ética normativa e a ética aplicada – que essa reflexão

3 – ZAMBRANO, Maria *apud* LARROSA, Jorge. *Linguagem e Educação depois de Babel*, traduzido por Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 37.

4 – ZAMBRANO, Maria *apud* Larrosa, Jorge. *Op. cit.*, p.39.

se expande e busca responder em termos de possibilidades ao anseio de unir realidade e justiça, virtude e conhecimento, responsabilidade moral e política. Dar conta de enfrentar os fatos, interrogar-se sobre valores, enfrentar a objetividade do mundo sem exigir a permanência de condições de análise e sem a pretensão de esgotar o universo de configurações possíveis são tarefas e empreitadas para uma abordagem que se reestrutura e se reordena permanentemente, sem que isso se apresente como fragilidade ou inconsistência.

Nossa época nos brindou com inúmeras transformações no âmbito da vida privada e da vida pública, desencadeadas pela maneira como ciência e técnica se entrelaçam em nossas construções sociais e nos fazem vislumbrar outras tantas mudanças, sem que sequer possamos distinguir "o que é ameaça do que é promessa". Dos hábitos alimentares às sofisticadas interfaces tecnológicas, das relações pessoais às institucionais, em todas as esferas surgem problemas, situações novas que exigem decisões e soluções ainda por construir. A incerteza, a imprecisão e a urgência fazem com que cotidianamente as palavras ética, moral, valores, justiça, entre tantas outras, sejam usadas num sentido difuso, também impreciso, gerando uma maldição (?) babélica das várias línguas dentro de uma mesma língua.

O professor Desidério Murcho começa sua fala *Ética e Direitos Humanos* distinguindo a filosofia de outras construções humanas. Ressalta que a reflexão filosófica nos permite pensar melhor, nos permite ganhar em compreensão, aprimorar nosso entendimento e com isso aumentar a qualidade de nossas escolhas, de nossas decisões. Ela é, pois, imprescindível para a construção da democracia.

Por quê? Porque faz parte dela o exercício de explicitar sentidos, de declarar o que se entende ou o que se quer fazer entender por meio das palavras ou dos caminhos escolhidos. Em todas as quatro palestras foi dedicado um tempo para distinguir os termos ética e moral. Filigrana? Cacoete ou mania de filósofo? Não, tentativa de demarcar uma posi-

ção que vai servir de base para o entendimento do discurso a ser proferido e de não incorrer em sucessivos mal- entendidos. Preocupação com o outro que ouve e que nem sempre pode identificar qual dos sentidos desses termos está sendo acionado. Esforço comunicativo, baseado na compreensão de que os sentidos passam e ficam as palavras, às vezes esvaziadas, às vezes transmudadas em sabe-se lá o quê.

Se, para as linhas de pensamento construídas pelo Professor Amauri Ferreira e pela Professora Mariá Brochado, a distinção entre "ética e moral" foi necessária, mesmo que ambos tenham explicitado a sinonímia na tradução do termo grego *éthos* e do termo latino *mores*, para o Professor Desidério ela não se justificava, não era importante na construção do sentido de sua fala. O Professor Valdemir Miotello, embora não as tenha distinguido, reflete sobre os efeitos que os matizes de sentido de uma e de outra imprimem nos destinatários de uma fala sobre valores. O próprio termo valor pode carregar ou não uma conotação moral. A opacidade dos sentidos se deslinda no discurso e pelo discurso, como nos revela o conteúdo das palestras desse Ciclo. O discurso filosófico, as discussões no campo da ética aqui apresentadas se mostraram exercícios do pensar, tão necessários no enfrentamento de problemas, especialmente dos inusitados. As distinções filosóficas, por mais irrelevantes que possam parecer aos mais afoitos, são explicitações de escolhas, "manifestações da singularidade irrepetível da tomada de posição", de que nos fala Bakhtin, no caminho também único e irrepetível percorrido pelo Professor Miotello em sua palestra. Se a unicidade do ato de nos posicionar não traz respostas definitivas para nossas grandes questões, ele nos ajuda a formulá-las com mais cuidado e a enfrentá-las com mais paciência. Em vez de buscar a resposta para "o que somos?" passamos a desdobrá-la em outra: "o que podemos vir a ser?" ou "o que podemos nos tornar?" e, dessa forma, a conquista da consciência de que sair da perspectiva do passado, transformar o presente e ser dono do futuro exige a ação, o ato responsivo e responsável.

Outras palavras e seus sentidos trazidos à baila ao longo de nossos encontros também jogam luz sobre nossas reflexões. A "identidade", essa construção simbólica que nos coloca frente à questão do Outro, faz com que nos debrucemos sobre a especificidade de nossas diferenças na perspectiva da coletividade. O que nos é próprio como indivíduos, o que nos diferencia de outros indivíduos, e o que nos caracteriza, acenando com a promessa de construção de identidade? Somos um e somos vários, tanto no nível individual quanto no nível coletivo. De dentro, vemo-nos como fragmentos, partes que se distinguem. De fora, somos vistos como um todo coeso, homogêneo, forjado por uma lógica que assume como expressão de nossa síntese apenas uma das incontáveis esferas a que pertencemos. A negociação muitas vezes tensa e cheia de conflitos entre o espaço interior e o exterior engendra uma construção que é determinada pelo contexto histórico, social, cultural e político. E esses pertencimentos são aspectos identitários, identidades adjetivadas que conferem singularidade às nossas ações, às nossas escolhas, ao nosso estar no mundo e na vida.

No processo histórico de adaptação ao meio social e ao contexto das relações de poder, construímos nossas características e marcamos nossas diferenças, que ultrapassam os traços biológicos observáveis. A "diversidade" precisa, pois, ser entendida na perspectiva das relações. Somos natureza e cultura, habitamos tanto o reino da necessidade quanto o da liberdade. Lutar pelo reconhecimento e pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais e coloca em questão a forma desigual como as diferenças vêm sendo tratadas na sociedade, pelo Estado e pelo Direito.

Frente ao excesso de informação que nos oprime e ao excesso de opinião que nos obriga o exercício do argumento e do convencimento, "a experiência", "isso que nos acontece, que nos toca", gera um saber e tanto esse saber quanto essa experiência são "o que nos permite apropriar-nos do sentido da nossa própria vida[5]" . É na exposição passiva, vulnerável

5 – LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

e cheia de riscos que algo nos acontece e esse algo nos toca e nos transforma. Como no exercício das escolhas audaciosas, o perigo nos espreita, mas só esse exercício é capaz de definir e demarcar nossa relação com o mundo. E a possibilidade de religar cultura e vida reside na singularidade do ato, do qual não podemos nos eximir.

A ética como prática da liberdade

Dois aspectos referentes à temporalidade, comuns à ética aplicada e à política construída no interior de um parlamento lhes são constitutivos, apesar de antagônicos: longo é o tempo necessário para a formação de valores a serem aplicados nas escolhas e na construção de soluções para os problemas amplos da sociedade, e curto é o prazo para decidir, quando questões inéditas e necessidades humanas básicas estão em jogo. As questões dilemáticas da ética aplicada se assemelham às questões com que o legislador se depara e para as quais não há resposta nem nas histórias e narrativas, lenta e longamente construídas por coletivos, nem nos acordos e consensos, que tentam salvar o mínimo que seja do interesse de todos nos interesses de cada um. A urgência e a presteza em dar respostas a problemas cruciais que comparecem, tanto na ética aplicada quanto na política que se constrói num parlamento, contrapõem-se em ambas ao tempo necessário para engendrar o éthos que nos permitirá fazer as escolhas "trágicas e temerárias", como bem as qualifica o Professor Amauri em sua palestra. Sua reflexão "A morada da ética aplicada" permite que aprofundemos na compreensão da ação ética como escolha reafirmada a cada instante e da liberdade como construção "desentranhada da necessidade," além de nos possibilitar o gozo, a fruição e, a despeito de Platão, trilharmos um percurso da Ética à Poética.

A Ética é apresentada como o abrigo seguro, a morada do homem que, ao inscrever no reino da necessidade seus hábitos, costumes, proibições, acordos, valores, suas escolhas enfim, torna o mundo um lugar habitável. O éthos reconfigura a *physis* por meio da ação humana. Terreno da ne-

cessidade onde se repete a regularidade do mundo natural, onde o mesmo se sucede, a *physis*, remodulada pela praxis humana geradora de particularidades inscritas por suas dimensões histórica e social, transfigura-se em éthos, reino de outra necessidade definida pelo hábito, pela virtude, pelas escolhas da razão. Contudo, essa tarefa é interminável, porque o éthos é construção permanente que se verte sempre para o futuro. Além disso, sua construção só se faz possível se se considera o Outro. Dessa forma, qualquer ética que se pretenda tem que ter o Outro como ponto de partida, mas também como ponto de destinação. "Nunca se inventa uma sabedoria abstrata sem procurar antes formar um sábio real e vivo. Que importa que eu o seja se os meus sucessores não se tornarem também sábios[6]" . A reconstrução da morada, que os que aqui estão empreendem diariamente é dirigida para os que virão, como o foi antes a do aqui e do agora da nossa existência.

Isso nos coloca frente a um problema, que tem sua origem no fato de sermos seres de tempo e de história. Os contextos mudam. O éthos é continuamente reconstruído. As mudanças processadas ao longo da sucessão de gerações e das peculiaridades de cada cultura colocam dois problemas. O primeiro diz respeito à tensão entre a universalidade dos valores e o fato de valores dependerem dos elementos constitutivos de cada grupo social. O segundo diz respeito aos conflitos que se estabelecem permanentemente entre a objetividade das normas gerais e a subjetividade das escolhas e das crenças pessoais. Os textos que aqui se seguem são escolhas declaradas frente a questões diferentes, mas que têm ligação com esses problemas. Ao rebater a ideia de que os valores são relativos, argumentando no sentido de mostrar que ela se baseia em maus argumentos e em confusões, o Professor Desidério explicita sua posição em relação à universalidade dos direitos humanos. Da mesma forma o faz a Professora Mariá ao discorrer sobre Política, Ética e Direito. Ela demarca o caminho percorrido pela humanidade, da concepção aristotélica de virtude e do di-

6 – SERRES, MICHEL. Diálogo sobre a Ciência, a Cultura e o Tempo.(conversas com Bruno Latour). Lisboa, Instituto Piaget, 1996. p. 246.

reito natural para a "declaração concreta, real, universal-concreta dos direitos humanos", e afirma a necessidade de avançar rumo à estruturação de um Estado que garanta a fruição de tais direitos.

Um dos caminhos escolhidos pelo Professor Amauri para enfrentar esse problema é nos lembrar que não nascemos bons, nem justos, nem tampouco éticos. Se a universalidade abstrata do éthos costume é confrontada pela liberdade da práxis individual, é pela ação que o sujeito autônomo refina e densifica diuturnamente a intensidade ética de suas escolhas. A virtude não é uma inclinação ou uma aptidão, assim como a vida feliz não é um fado, uma predestinação ou um dom. Constituímo-nos sujeitos éticos pelo hábito refletido, pelas escolhas sofridas e assumidas em atitudes diárias que exigem estarmos, constante e permanentemente, dispostos a agir na justa medida da nossa consciência. Nossos atos é que nos tornam bons, éticos e justos. E podem, a qualquer momento, fazer com que deixemos de o ser.

O ato ético só se instaura quando o "Outro entra em cena". E aqui voltamos à reflexão bakhtiniana com que nos brindou Miotello: o que confere sentido e pode parar a crise contemporânea é o agir responsável do "não álibi no ser". Não temos álibi, não temos desculpas para não agir nem para não declarar nossas escolhas. E agir é sempre um "inter-agir" com o Outro, e é o Outro, do seu lugar também singular, que nos faz surgir, que nos confere significado.

A ação ética está, pois, sempre sob o nosso poder, sob a nossa deliberação racional. É fruto e medida da nossa capacidade de extrair das possibilidades as "escolhas temerárias" que poderão viabilizar (ou não) as nossas mais caras utopias. É da liberdade construída com a mesma matéria de que são feitos o tempo e a história, a nossa história, que podemos retirar a ação ética que ultrapassa a esfera do interesse, da competitividade, do esquecimento ou do apagamento do Outro e deseja, ardentemente, a "gratuidade de um absoluto do bem e da justiça[7]" .

7 – VAZ, Henrique de Lima. *Escritos de filosofia II*. Ética e cultura. São Paulo: Loyola, 1988, p.12.

É nesse conflito interminável que nos constituímos éticos, ainda que optemos pela insurreição, pela transgressão, sempre marcados pelos limites que nos impõem o tempo e o território que habitamos.

A ética como construção e exercício cotidianos

A despeito da não realização da palestra *Ética nas relações cotidianas*, prevista para encerrar o Ciclo sobre Ética Aplicada, optamos por incluir essa reflexão no presente número dos *Cadernos*. Para tanto, decidimos encomendar um quinto texto, com o objetivo de não deixarmos essa lacuna no projeto inicialmente concebido. Refletir sobre a ética a partir das noções de sujeito, liberdade e alteridade, reafirmar sua condição de pedra basilar, tanto nas relações entre Estado e cidadão quanto na formulação dos direitos humanos, e repensá-la como "constitutiva" "do e constituída pelo" discurso, no nosso entendimento, deveria desembocar numa reflexão sobre a ética no dia a dia. Como dissemos anteriormente, um dos nossos propósitos com o Ciclo era exatamente ultrapassar os propalados reclamos de "ética na política" e resgatar a dimensão da "política na ética" por meio da reflexão do que move nossas escolhas, inclusive a escolha dos valores que compõem o *éthos*, nossa "morada" em permanente construção.

Providencialmente, contamos com a feliz coincidência do retorno do colega Patrus Ananias para o desempenho de suas funções na Escola do Legislativo, no momento em que este número estava em fase de edição. A reflexão propiciada pelo ensino do Direito, aliada à sua experiência na gestão pública em diferentes esferas do poder, em nosso entendimento, conferem ao Professor Patrus condições de, mesmo não tendo participado do Ciclo, trazer à baila alguns aspectos que nos permitem pensar a ética nas relações cotidianas. Destacamos em seu texto as questões levantadas sobre a violência, cuja negação de todas as suas formas e manifestações está na raiz de todo e qualquer agir que se pretenda ético e justo. Não há como se falar em eticidade,

justiça, solidariedade, cidadania sem banirmos por completo qualquer forma de violência de nossas relações. Outro aspecto a se ressaltar em seu texto é que não há que se falar em democracia apenas como forma de governo. Os ideais democráticos devem ser estendidos a todas as relações da vida humana, exigência de um compromisso com a radicalização da democracia. Patrus nos lembra que a força com que as experiências participativas invadiram a vida pública no Brasil nos últimos anos aponta para o surgimento de outras maneiras possíveis de agir, oriundas da diversidade de modos de ver, da pluralidade de jeitos de interpretar, da solidariedade entre formas diferentes de conhecer. Dessa forma, os movimentos sociais, as ações afirmativas, as múltiplas expressões da diversidade e do direito à diferença consolidam um agir democrático e nos levam a reconstruir a noção de "povo como fluxo comunicativo acerca dos nossos direitos fundamentais"[8] que se constrói a cada instante, e de novo, e de novo, como um coletivo de cidadãos. O direito à diferença como garantia de respeito às singularidades e o direito à igualdade como resposta contundente às tentativas de discriminação, de opressão, de violência reforçam a ideia de que é no debate livre e democrático, no enfrentamento dos conflitos e no reconhecimento do Outro que se dá a formação do ser humano livre e justo, pois o que nos prepara para o agir ético e responsável e para a cidadania é somente o risco de exercê-los radical e diuturnamente.

Nos artigos que compõem este número dos *Cadernos da Escola do Legislativo*, são resgatadas, tácita ou explicitamente, as ideias modernas de "ética" como um construto da liberdade e de "humanidade" como o que nos confere a possibilidade de sermos livres. Essa humanidade que nos iguala na condição de seres livres, também nos distingue de outros animais e evidencia nossa perfectibilidade: não nascemos prontos. A vida que escolhemos viver e a ação que assumimos pôr em curso é que vão nos permitir avaliar se estamos ou não aprimorando. Ser perfectível, aperfeiçoar-se é potência do ser humano. Verter essa potência em ato é conquista e risco do exercício de nossa liberdade.

8 – CARVALHO NETTO, Menelick. A contribuição da Legística para uma política de legislação: concepções, métodos e técnicas. In: *Legística*: qualidade da lei e desenvolvimento. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, p. 103-116, 2009. p. 114.